



Divisão de Obras Municipais

<b>Informação:</b>  À consideração do Sr. Presidente, propondo-se a adjudicação, <i>21/3/2017</i> <i>M. Cunha</i>	<b>Despacho:</b> Concordo. Adjudique-se Fafe, <u>21 / 3 / 2017</u> O Presidente,  <i>(Dr. Raul Cunha)</i>
--	--

<b>Data:</b> 20.03.2017	<b>Assunto:</b> Relatório Final Ajuste direto (processo 10/17)
-------------------------	---

**Empreitada de obras públicas**


**Contratação : Execução de muros de suporte na união de freguesias de Moreira do Rei e Varzeacova**


1. Aos vinte dias do mês de março de dois mil e dezassete e nos termos do nº 1 do artº 148 do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Dec-Lei 18/2008, de 29 de Janeiro, é elaborado o presente Relatório Final.
2. Não foram efetuadas nenhuma observações pelos concorrentes ao abrigo do direito de audiência prévia.
3. Pelo exposto no ponto anterior, mantém-se a ordenação das propostas nos termos do indicado no Relatório Preliminar.
4. O presente Relatório, bem como os restantes documentos que compõem o processo deverão ser enviados ao órgão competente para a decisão de contratar, para efeitos de adjudicação da proposta apresentada pela **Firma Sociedade de Construções Silveira da Rocha, S.A.**, pelo valor de **19.667,50 €**, acrescido de 6% de IVA, para um prazo de execução de **30 dias**, nos termos previstos no Caderno de Encargos.

Divisão de Obras Municipais

5. A apresentação pela **Firma Sociedade de Construções Silveira da Rocha, S.A.** da declaração emitida conforme estipulado na alínea a), do nº 1 do artigo 81, documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i), do artigo 55, conforme estipulado no artigo 81, nº 1, alínea b) e nº 2 do artigo 81, do Dec-Lei 18/2008, de 29 de Janeiro, devendo V<sup>a</sup>. Ex<sup>a</sup>. indicar o respetivo prazo a conceder ao concorrente para apresentação dos documentos, propondo-se um prazo de 5 dias.
6. De acordo com o estabelecido nos nºs 2 e 3 do artº 88 do CCP, pelo facto da adjudicação ser inferior a 200.000 €, não é exigível a prestação da caução. No entanto e de acordo com o previsto no caderno de encargos, proceder-se-á à retenção de 10% dos pagamentos a efetuar.
7. Que o processo seja remetido ao DGF para processamento contabilístico e DAM para os demais formalismos legais.

O Júri,

  
(Engº. Vitor Moreira)

  
(Engº. Jorge Teixeira)

  
(Arqtº. Nuno Santana)